

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAQUEL DOS SANTOS FERNANDES

**A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SURDOS
NA MODALIDADE ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE**

CURITIBA

2015

RAQUEL DOS SANTOS FERNANDES

**A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SURDOS
NA MODALIDADE ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE**

Artigo apresentado para obtenção de título de Especialista em Mídias Integradas na Educação no Curso de Pós-Graduação em Mídias Integradas na Educação, Setor de educação Profissional e Tecnológica, Universidade Federal do Paraná

Orientadora: Prof^a. Luciene Ferreira Iahn

CURITIBA

2015

A Utilização das Mídias na Educação Especial de Surdos na Modalidade Ensino Médio Profissionalizante

FERNANDES, RAQUEL DOS SANTOS

Curso de Especialização em Mídias Integradas na Educação, SEPT/UFPR

Polo UAB de Apoio Presencial em Paranaguá/PR

RESUMO: Há uma situação de oferta e expansão da modalidade da Educação Especial, nas escolas públicas de ensino profissionalizante, que enfrentam no seu cotidiano os desafios para oferecerem uma educação de qualidade, aos alunos inclusos nas diferentes modalidades de ensino, buscando estratégias para manterem seus alunos presentes em sala de aula até a conclusão de sua formação almejada. Diante desta realidade este trabalho busca uma reflexão sobre os fatores que podem influenciar na formação e permanência do aluno com necessidades de Educação Especial no Centro Estadual de Educação Profissionalizante de Curitiba, com o objetivo de identificar as necessidades especiais deste aluno e propor soluções inovadoras, com a utilização de mídias como objetos de aprendizagem, através de um modelo pedagógico próprio, de maneira a criar situações de ensino-aprendizagem adequadas às necessidades educacionais destes e dos profissionais da educação envolvidos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Mídias. Ensino Profissionalizante.

1. INTRODUÇÃO

Frente ao panorama de mudanças sociais que busca a globalização do conhecimento, e que apresenta múltiplos desafios para o homem, à educação surge como uma necessidade, indispensável à humanidade na construção da paz, da liberdade e da justiça social.

Deve ser vista, conforme o Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras. (DELORS, 2010)

Esta nova concepção de educação deve fazer com que todos possam descobrir, reanimar e fortalecer seu potencial criativo. Isto supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação formal, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados como saber-fazer, aquisição de capacidades diversas, e que se passe a considerá-la em toda sua plenitude: como realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser.

No momento em que educadores e cidadãos entenderem que a inclusão das pessoas com necessidades especiais pode se concretizar através da educação, a sociedade atenderá as legislações vigentes de forma natural, e propiciará adequações de estruturas e serviços para pessoas com alguma limitação física ou psicológica, respeitando a diversidade de todos os tipos de pessoas, no que diz respeito à inteligências, habilidades e aptidões de acordo com suas possibilidades.

Sabe-se que à inclusão de um indivíduo com necessidades especiais, na sociedade, em especial na educação, depende em primeiro lugar da cultura desenvolvida por professores, alunos e família, nas diferentes etapas de formação, que fortalecem o objetivo fundamental da educação, em adaptar e ajudar no desenvolvimento das potencialidades destes, contribuindo na construção de uma sociedade justa e solidária. Em segundo lugar das condições necessárias para atendê-los de forma adequada, o que leva em consideração a adequação da infraestrutura, capacitação de professores, recursos didáticos entre outros.

Consoante à estas questões objetiva-se identificar, em particular as questões de acompanhamento, recursos didáticos e as mídias inseridas na educação, que ajudam na inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, no que se refere ao

atendimento de pessoas com necessidades especiais e desta forma possibilitar reflexões quanto a capacitação de professores e o uso destes recursos.

Tendo em vista a crescente realidade de inclusão de alunos com necessidades especiais na rede pública, nas diferentes etapas de ensino, fundamental médio e superior, se faz necessário a adequação dos recursos didáticos pedagógicos para atender à legislação vigente, tanto no âmbito da acessibilidade quanto na qualidade e garantia do desenvolvimento, na avaliação e acompanhamento destes alunos.

Sabe-se da necessidade de capacitação específica de professores que atendem alunos com necessidades de educação especial, por tanto é de grande importância e interesse explorar as tecnologias de mídias que ajudem como ferramenta didática na prática pedagógica, atendendo às diretrizes nacionais e estaduais vigentes, na modalidade educação especial e inclusiva.

A partir da fundamentação teórica e estudo de caso com pesquisa qualitativa sobre o uso das mídias como ferramenta didática, em uma escola públicas de Curitiba, que atende alunos com necessidades de educação especial, objetiva-se também investigar, a flexibilização do currículo e a utilização das mídias no ensino aprendizado de alunos com necessidades de educação especial, na modalidade Ensino Médio Profissionalizante.

A pesquisa feita na Escola Estadual de Educação Profissional de Curitiba - CEEP, mostra que como todos os estabelecimentos públicos oficiais de ensino, necessita acatar as muitas alterações decorrentes das políticas educacionais em pauta das diferentes administrações estaduais. E essas alterações retratam a definição político ideológica dos diferentes governos estaduais do Estado do Paraná. Atualmente oferece a modalidade Educação Especial integrada nas escolas públicas de ensino médio regular e ensino médio profissionalizante, e enfrenta desafios para adequar as condições de permanência destes alunos na escola até a conclusão do curso.

São inúmeros os fatores diretos ou indiretos, que podem levar o aluno a desistir de sua formação educacional, mas existem particularidades que poderiam ser detectadas e a partir destas serem apresentadas estratégias capazes de gerar, desenvolver e manter a sala de aula como um grupo de aprendizagem onde cresçam os vínculos entre educador/educando e educandos entre si.

Apesar da educação especial inclusiva ser uma atividade especializada e com características próprias, ainda são poucos os cursos de formação de professores

específica aos que queiram trabalhar ou já trabalham nesta modalidade de ensino. Igualmente não são muitos os subsídios escritos destinados a responder as necessidades pedagógicas dos educadores que atuam nas salas de aula da educação de jovens e adultos, presenciando o real panorama desta modalidade e os desafios do dia-a-dia, sendo este também um dos fatores que pode influenciar na permanência do aluno e na qualidade do ensino ofertado.

Se faz necessário investigar sobre as necessidades de alunos e professores da Educação Especial sobre o uso de tecnologias emergentes e mídias.

Cabe ressaltar que a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede pública estadual, é cada vez maior sem a preocupação de acompanhamento das necessidades de adaptações para alcançarem os objetivos propostos na utilização de recursos informatizados.

Diante deste panorama, este artigo pretende abordar especificamente:

- Projetos de aprendizagem com inclusão de mídias em disponibilização de referencial teórico;
- Os conceitos e como são as práticas do uso de tecnologias e mídias na Educação Especial em uma escola da rede pública de Curitiba;
- Vivências pedagógicas diferenciadas, no acompanhamento e assessoria de professores que atuam na Educação Especial.
- Os impactos da inclusão de alunos com necessidade de educação especial no ensino médio profissionalizante.

2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao longo dos anos destacam-se conquistas legais que impactam diretamente nos meios de comunicação e nas mídias inseridas na educação. Principalmente no âmbito da Educação Especial, como a Lei Nº 10098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (BRASIL, 2000).

Dispõem no Capítulo VII, sobre a responsabilidade do Poder Público em promover a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e

sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. Assim como a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. E os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens devem adotar planos de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva.

E atendendo a Lei Nº 10436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. (BRASIL, 2002).

Dispõem em seus artigos:

- A Língua Brasileira de Sinais - Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão.
- É dever do poder público e concessionárias apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.
- O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Através do Decreto Nº 5626, de 22 de Dezembro de 2005, são regulamentadas as duas leis citadas anteriormente, e trata da inclusão da Libras como disciplina curricular; da formação do professor de Libras e do instrutor de Libras; do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para acesso de pessoas surdas à educação; da formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa; da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; da garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão da Libras; e considerações finais. (BRASIL, 2005)

Onde se destaca no Capítulo IV, que as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior e disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

A Educação Especial, concebida como uma modalidade de ensino possui programas direcionados à inclusão das pessoas com deficiência no sistema, levando o conhecimento das especificidades necessárias ao atendimento educacional destas pessoas.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - 2001, orientam que após a educação infantil, a escolarização do aluno que apresenta necessidades educacionais especiais deve processar-se nos mesmos níveis, etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos e na educação superior. Essa educação é suplementada e complementada quando se utilizam os serviços de apoio pedagógico especializado. (BRASIL, 2001). Essas adequações e apoios, que representam a colaboração da educação especial para uma educação profissional inclusiva efetivam-se por meio de:

- Flexibilizações e adaptações dos recursos institucionais, materiais pedagógicos, equipamentos, currículo e outros;
- Capacitação de recursos humanos, professores, instrutores e profissionais especializados;
- Encaminhamento para o mundo do trabalho e acompanhamento de egressos.

A partir destas diretrizes nacionais a Secretaria de Educação Especial (SEESP), do MEC- Ministério da Educação e Cultura elabora programas que visam contribuir com esse contexto, entre eles, o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que tem como objetivo disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros.

O Programa, iniciado em 2004, possui como meta compartilhar novos conceitos, informações e metodologias no âmbito da gestão e também da relação pedagógica em todos os estados brasileiros. (BRASIL, 2005).

É responsabilidade desse programa disponibilizar equipamentos, mobiliário e material pedagógico para a implantação de salas de recursos nos municípios atendidos por ele. A sala de recursos é um dos dispositivos de apoio à inclusão e, segundo definição do MEC, consiste em um ambiente de natureza pedagógica, orientado por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino.

E também, visando atender a necessidade de programas de formação e suporte técnico-científico aos professores que garanta o acesso, a permanência e um ensino de qualidade aos alunos nas salas de aula de ensino regular, a Secretaria de Educação Especial distribuiu para todos os estados brasileiros um conjunto de materiais que compõe o Projeto Escola Viva. Esta coletânea contém cinco cartilhas e duas fitas de vídeo que devem ser utilizadas nos programas de formação de professores e pesquisas educacionais. (BRASIL, 2000).

Segundo dados do Censo Escolar do MEC/INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, houve um crescimento entre 2012 e 2014 no número de matrículas de alunos com deficiência nas classes comuns das escolas públicas brasileiras, passando de 583.619 para 655.375 alunos com necessidades de educação especial. O mesmo aponta que 54,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência incluídos em turmas regulares. (INEP, 2014)

Os reflexos desta mudança impactam na crescente inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, nas diferentes modalidades de ensino no Paraná, que de acordo com o censo 2013, teve 20.172 alunos portadores de necessidades especiais matriculados na educação básica, na rede estadual, e 26.240 na rede municipal. Assim como nos desafios para atendê-los de maneira adequada.

Para isso se fez necessário o cumprimento das Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos, criadas em 2006, que expressa o conjunto de esforços de professores, pedagogos, equipes pedagógicas dos Núcleos Regionais de Educação e técnico-pedagógicos da SEED, na construção de um documento orientador do currículo para toda a Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná.

Dentre os assuntos abordados nestas diretrizes, destaca-se que as discussões e a elaboração do projeto político-pedagógico, devem contemplar a participação da comunidade escolar, em reflexões e propostas sob três dimensões de ação que competem a segmentos distintos:

- A construção de culturas inclusivas (comunidade escolar e sociedade civil);
- A elaboração de políticas inclusivas (secretarias municipais e estaduais de educação);
- A dimensão das práticas inclusivas (professores e equipe técnico-pedagógica).

Sendo que a última envolve a organização do processo de aprendizagem, por meio da flexibilização e adaptações curriculares de conteúdos, métodos, avaliação, de modo a contemplar a participação de todos os alunos, considerando seus conhecimentos prévios, suas necessidades linguísticas diferenciadas e o contexto social.

Conforme texto do caderno de atividades, número 12, da Semana Pedagógica 2013, sobre a educação especial, para atender as necessidades especiais do aluno incluso nas diferentes modalidades de ensino, o Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional da SEED-PR assume o compromisso, em conformidade com a Deliberação n. 02/2003, de ofertar o apoio ao ensino comum, disponibilizado por meio da Sala de Recursos, Sala de Recursos Multifuncional, Professor de Apoio à Comunicação Alternativa, Professor de Apoio Educacional Especializado, Professor Intérprete, Professor Surdo de Libras, Instrutor de Libras, Centro de Atendimento Especializado nas Áreas da Surdez, Deficiência Visual, Deficiência Física Neuromotora e Surdo-cegueira e o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual/CAP. (PARANÁ, 2013)

E também com a vigência da Lei de Diretrizes e Bases e a clara intenção do princípio inclusivo que a fundamenta, a adoção e a implementação de currículos abertos e flexíveis, que atendam à diversidade do alunado presente na escola, passou a ser objeto de discussão nas diretrizes curriculares e nos cursos de formação continuada dos sistemas de ensino.

A partir deste contexto é exigida cada vez mais a compreensão por parte de professores e instituições de ensino, frente à complexidade entre a necessidade da inclusão e a adaptação do aluno, currículo, professores e equipes de apoio.

Portanto pretende-se enfatizar que os recursos tecnológicos podem auxiliar o professor nesta adaptação, em especial com o uso das diferentes mídias e objetos de aprendizagem, a fim de planejar ações e produzir um conteúdo adequado para atender as diferentes necessidades da educação especial. De acordo com Dizard Jr (2000), utiliza-se o termo mídia definido e classificado no glossário do livro *A Nova Mídia* como:

- Mídia clássica, tradicional ou velha, são mídias bem desenvolvidas e disseminadas na sociedade como as mídias impressas e as eletrônicas. A mídia impressa abrange todo veículo de comunicação que utiliza a palavra impressa para transmitir mensagens, tais como: os cartazes, as revistas, os jornais entre outros.
- A mídia eletrônica abrange os veículos de comunicação eletrônica como os aparelhos de som, o rádio e a televisão.
- A nova mídia aparece como derivação do uso dos computadores e da eletrônica digital, por exemplo: a internet.

Essas mídias diante de avanços tecnológicos constantes e da globalização determinam, em parte, o que e como pensamos, o que e como consumimos, como facilitará o nosso trabalho, como ensinamos, como aprendemos e como devemos nos comportar frente a tantos recursos.

Segundo Teruya e Moraes (2009), as novas gerações tem facilidade no acesso às novas mídias, o que requer uma metodologia de ensino e uma formação docente para lidar com os conteúdos virtuais disponibilizados na rede. Em particular a internet pode ampliar as capacidades cognitivas, tanto individuais quanto coletivas, por meio das possibilidades que ela oferece de interação entre professor e alunos no ensino presencial e a distância.

Na modalidade Educação Especial, no ensino de pessoas surdas, atualmente destaca-se a utilização de vários recursos como o estímulo visual, a linguagem de sinais, o sistema de comunicação bimodal que utiliza os gestos e a fala de modo simultâneo, os recursos TA - Tecnológicos Assistivos existentes, como o aparelho de surdez, softwares dedicados, e a formação continuada dos professores desta modalidade, são grandes conquistas para a boa condução de acesso ao saber destes alunos.

No Brasil, o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, instituído pela PORTARIA N° 142, de 16 de novembro de 2006, propõe o seguinte conceito para a tecnologia assistiva:

"Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social" (BRASIL, 2006).

E segundo OMS – Organização Mundial da Saúde e a CIF (2002) - Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde, o modelo de intervenção para a funcionalidade deve ser Biopsicossocial e diz respeito à avaliação e intervenção em:

- Funções e estruturas do corpo – Deficiência;
- Atividades e participação - Limitações de atividades e restrição de participação;
- Fatores Contextuais - Ambientais e pessoais;
- Modelos conceituais - perspectivas de saúde: biológica, individual e social.

Pode-se destacar alguns exemplos de Tecnologias Assistivas para deficientes auditivos: equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado — teletipo, sistemas com alerta tátil-visual, entre outros.

Segundo Bersh (2013), o processo de avaliação e definição da melhor alternativa em Tecnologia Assistiva deve partir de “um problema real manifestado por seu usuário” e por seus parceiros de interação (família, professores, colegas,...). Todo o projeto de identificação da TA iniciará a partir desta definição e deve ser acompanhado por profissional qualificado em Educação Especial. E afirma também que todo o trabalho desenvolvido em um serviço de TA deverá envolver diretamente o usuário e terá como base o conhecimento de seu contexto de vida, a valorização de suas intenções e necessidades funcionais pessoais, bem como a identificação de suas habilidades atuais. A equipe de profissionais contribui para uma avaliação do potencial físico, sensorial e cognitivo do usuário e assim adequar o melhor recurso já existente ou que necessite de um novo projeto.

Pode-se destacar como mídias: os programas de TV Web e os programas TV dos canais públicos, com intérpretes de libras, o uso do computador e os recursos da internet, pois as animações de imagens e sinais gráficos utilizados são de fácil compreensão, assim como as possibilidades de comunicação via e-mail, chat, fóruns, etc. que favorecem a inclusão destes usuários. E podem ser utilizadas como ferramentas didáticas no auxílio à comunicação professor aluno no processo de ensino-aprendizado.

Valente, faz uma análise sobre as questões técnicas e pedagógicas da informática na educação e mostra que os grandes desafios dessa área estão na combinação do técnico com o pedagógico e, essencialmente, na formação do professor para que ele saiba orientar e desafiar o aluno para que a atividade computacional contribua para a aquisição de novos conhecimentos. E ainda destaca

que, o computador integra diversas mídias e demais recursos tecnológicos, desde a rádio, a televisão, os vídeos, as filmadoras; portanto, um recurso privilegiado para trabalhar com sons, cores, figuras e imagens, no ambiente educacional.

A utilização de Tecnologia Assistiva em especial o uso da mídia, com alunos que tem necessidades educativas especiais, auxiliam na aquisição de conhecimentos e na prática pedagógica do professor, contribuem para despertar o interesse do aluno pela aprendizagem dos conteúdos acadêmicos e as habilidades mentais necessárias para a realização das atividades propostas.

Mas os questionamentos de qual seria a mídia mais adequada e a capacitação dos professores para usá-las continua sendo um desafio diário nas práticas pedagógicas, favorecendo ou não os avanços na educação formal e inclusiva. Portanto se faz necessário o estudo de caso e a disseminação das práticas que auxiliam de maneira positiva os professores que se deparam com a inclusão de alunos com necessidades de educação especial nas escolas comuns.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no trabalho foi à pesquisa bibliográfica e o estudo de caso referente a educação inclusiva, através de questionário qualitativo, com base em dados extraídos de pesquisa de campo com professora e interprete de libras na disciplina de Eletricidade Básica, do Centro Estadual de Educação Profissional de Curitiba, sobre a inclusão de aluno surdo, com necessidade de educação especial, na modalidade de ensino médio profissionalizante.

Inicialmente, buscou-se uma abordagem teórica sobre a inclusão educacional, o papel do professor e da escola para atender as diversidades de adaptação, da qual se deparam na sala de aula e laboratórios.

Em seguida, procurou-se elucidar alguns conceitos do que são necessidades educacionais, os diversos tipos de dificuldades de aprendizagem, caracterização e os recursos educacionais dispostos e adaptáveis aos alunos, além de como o uso das mídias e novas tecnologias podem ajudar os docentes no processo inclusivo.

E por fim, apresenta-se considerações e análises a respeito do estudo de caso, onde o questionário foi baseado a partir da leitura das referências bibliográficas no que diz respeito ao tema educação inclusiva e as mídias inseridas na educação especial.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos dados coletados através de questionário, apêndices 1 e 2, destacam-se os seguintes resultados:

A escola e o aluno com necessidades de educação especial recebem auxílio da SEED, no que diz respeito ao acompanhamento da interprete de Libras na sala de aula, embora o aluno tenha ficado duas semanas do início das aulas aguardando a interprete e no caso desta faltar não há substituição imediata.

Segundo questionário aplicado, apêndice 1, a professora da disciplina técnica de eletricidade não possui formação específica na área da educação especial, e a escola em questão não disponibiliza treinamento específico sobre como receber um aluno incluso, com necessidades de educação especial, assim como na formação continuada não são abordados temas relacionados às metodologias mais adequadas.

Porém utiliza o recurso de internet para buscar informações sobre educação especial, e por experiências anteriores em outra escola, prepara as aulas com recursos diferenciados para o aluno surdo. Assim como vários tipos de mídias para auxiliar no ensino aprendido do aluno em questão, sendo estes um software de simulação de montagem de circuitos elétricos, anexo 1, mídia impressa, vídeos, slides e os recursos de laboratórios, quadro de giz e o acompanhamento de Intérprete em Libras.

Frequentemente faz adaptações de avaliações com múltipla escolha e o uso de material impresso para o aluno não precisar copiar alguns conteúdos, e assim prestar atenção na interprete durante explicações destes, devido o aluno surdo necessitar de um tempo maior, primeiro para copiar e depois para receber a explicação, assim como durante as provas que necessitam ser traduzidas e interpretadas para posterior resolução.

Também são criados códigos em libras de termos técnicos que não possuem uma tradução padronizada pela comunidade de surdos, que auxiliam nas explicações e conexões com novos conteúdos; a professora procura minimizar as dificuldades do aluno em contextualizar as informações e relacioná-las a prática, assim como no uso de grandezas elétricas e cálculos envolvidos, no qual o software simulador tem se mostrado um objeto de aprendizado eficiente.

Observa também que ao mesmo tempo em que o aluno é integrado em escola comum, ele é indiretamente excluído pelos colegas pela dificuldade de comunicação e integração entre eles, verificado principalmente em trabalhos em grupo onde os

colegas colocam o nome do aluno surdo, sem o mesmo ter participado no desenvolvimento.

Quanto ao questionário aplicado à interprete de Libras, apêndice 2, a mesma possui formação pedagógica e pós graduação em educação bilíngue para surdos (Português -Libras), trabalha há dois anos como tradutora, com alunos na faixa etária de 9 a 20 anos, e relata ter dificuldades de tradução no ensino médio profissionalizante, dos quais podem ser destacados:

Alguns termos técnicos não possuem sinais para tradução, e necessitam ser criados e formalizados pela comunidade de surdos.

O aprendizado tardio da linguagem de libras reflete na dificuldade de aprendizagem do aluno em conceitos complexos no ensino médio; a adequação necessária na escrita e tradução que não podem ser simultâneas, necessitando de um tempo maior para o aluno primeiramente escrever e num segundo tempo receber a tradução;

Reforça sobre a necessidades de se utilizar recursos visuais para melhorar a compreensão dos termos técnicos ensinados, e que devem ser associados à algum exemplo ou demonstração, necessitando de combinados de sinais para serem lembrados a cada explicação e também na tradução de avaliações. Sendo que nem sempre o aluno tem o interesse de criá-los, ficando alguns termos somente na forma escrita que muitas vezes perde o sentido ao longo do tempo. As figuras abaixo mostram exemplos de sinais criados em libras, para representarem os termos técnicos, pois os mesmos não possuem padrão:

FIGURAS 1 e 2 – MARTENSITA



FONTE: O autor (2014)

FIGURAS 3 e 4 – SOLUÇÃO LÍQUIDA



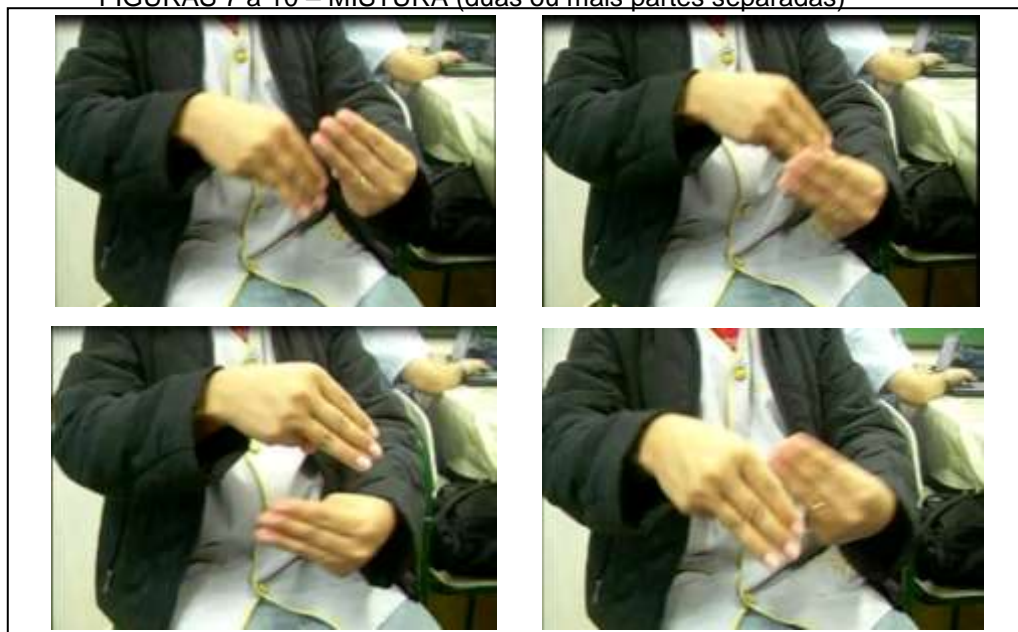
FONTE: O autor (2014)

FIGURAS 5 e 6 – ELASTICIDADE



FONTE: O autor (2014)

FIGURAS 7 a 10 – MISTURA (duas ou mais partes separadas)



FONTE: O autor (2014)

FIGURAS 11 a 14 – TENACIDADE



FONTE: O autor (2014)

Já outros termos técnicos como **eixo**, **engrenagem**, **rolamento**, **capacitor**, **indutor**, não foram criados os sinais em libras, sendo interpretado como por escrito, o que dificulta a contextualização e conseqüentemente a explicação do conceito nas avaliações, pois quando o aluno cria os sinais ele cria conexões de aprendizagem e associa aos conhecimentos já adquiridos facilitando na interpretação das perguntas de provas e de outras explicações técnicas.

A necessidade de estabelecer uma posição fixa do aluno na sala de aula, preferencialmente na primeira mesa em uma das filas junto a parede para uma melhor visualização global do quadro, professor e interprete.

O aluno demonstra dificuldades no desenvolvimento das atividades e avaliações, como exemplo, em particular nas provas dissertativas quando na flexão dos verbos, pois na linguagem de libras o tempo verbal é presente, passado e futuro, e o verbo não acompanha.

Na tradução, quando não são feitos combinados dos sinais referentes aos termos técnicos, o aluno pede auxílio de explicação do conceito à interprete, durante a avaliação, o que não é permitido pelos professores das disciplinas, causando situações de conflito e insatisfação por parte do aluno.

Também quando o aluno surdo falta a aula por algum motivo pessoal, ao retornar pede explicação do conteúdo para a interprete, que neste caso não tem esta função e nem formação técnica para recapitular o assunto.

Reforça que de acordo com a legislação, a Língua Portuguesa é considerada uma segunda língua para o aluno surdo, na qual muitas vezes não é fluente, e que o professor deve levar isso em consideração quando faz as correções, com a possibilidade de ser adaptada para uma prova oral traduzida.

Destaca sobre a importância do acompanhamento da família do aluno surdo, durante o período letivo, pois muitas vezes estes não sabem das dificuldades e obrigações do aluno dentro de uma escola técnica profissionalizante, assim como sugestões que seguem.

Utilizar mídias como vídeos das interpretes traduzindo conceitos e termos técnicos, e recursos visuais para posterior divulgação, ou para outros alunos que venham a ser inclusos no ensino médio profissionalizante, nos diferentes cursos técnicos.

Utilizar vídeo para gravação das aulas sendo traduzidas, para posterior revisão do aluno ou para quando o mesmo faltar à aula.

Incluir cursos de Libras na formação continuada de professores do ensino médio profissionalizante.

Divulgar na capacitação de professores e pedagogia, as leis que tratam dos direitos da inclusão, da presença de um intérprete de libras e conceitos relacionados.

Mobilização da comunidade de surdos e de professores do ensino médio profissionalizante, na divulgação das necessidades especiais, como as relatadas neste artigo, assim como as enfrentadas pelos professores que não possuem orientações específicas para a inclusão destes.

CONCLUSÃO

Partindo do princípio de que o CEEP cumpre com sua função equalizadora ofertando oportunidade para a integração de alunos com necessidades de educação especial, no sistema educacional, e também com a função reparadora garantindo o direito a uma escola de qualidade, reconhecendo a igualdade de todos perante a um bem social transformador, que pode proporcionar a atualização de conhecimentos, e com isso, qualidade de vida e cidadania.

E tendo como perspectiva de que a educação destes alunos deve ser pensada como um modelo pedagógico próprio, com o objetivo de criar situações de ensino-aprendizagem adequadas às necessidades educacionais, este trabalho vem de encontro a uma reflexão, de como as novas tecnologias assistivas, mídias e objetos de aprendizagem podem ajudar os alunos surdos, na modalidade de ensino médio profissionalizante do curso pretendido.

Relacionando os resultados de pesquisa levantados no presente estudo, percebe-se que as principais carências na educação especial inclusiva, é a falta de orientação e formação específica dos professores na adequação de metodologias, currículo, recursos didáticos e outros encaminhamentos voltados a esta particularidade.

A falta de padronização da linguagem técnica traduzida para Libras, o que exigiria o envolvimento dos órgãos competentes de educação e de classes profissionalizantes, trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de acervos bibliográficos, incluindo as novas tecnologias como livros digitais e diversas mídias, para difundir este conceito.

A percepção de que o professor para desenvolver um ensino inovador de qualidade, que envolva seus alunos com diferentes necessidades especiais, pode e deve apropriar-se do conhecimento sobre o uso de objetos de aprendizagem, mídias, tecnologias assistivas, entre outras, como ferramentas importantes no desenvolvimento dos conteúdos do ensino profissionalizante e flexibilização do currículo, almejando resultados favoráveis na educação de alunos inclusos que buscam desenvolvimento pessoal e a inserção no mercado de trabalho.

Para que os alunos surdos, não venham a desistir da oportunidade ofertada, a escola com o propósito inovador e desafiador, deve reinventar um modelo pedagógico próprio, a fim de sanar estes déficits de ensino-aprendizagem, que defasados por suas limitações não adequaram-se para acompanhar uma nova etapa de qualificação. Para isso necessita-se de esforços conjuntos entre administração e profissionais da educação para articularem estas mudanças.

REFERÊNCIAS

- BERSH, Rita. **Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre – RS, 2013. Disponível em http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf Acesso em: 10/10/2014.
- BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em 06/10/2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acesso em:07/12/2014.
- BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm Acesso em: 06/10/2014.
- BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em 06/10/2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** - Censo Escolar do MEC/INEP 2008. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf Acesso em 12/10/2014.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva**. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília MEC/SEESP, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12658:projeto-escola-viva&catid=192:seesp-esducacao-especial. Acesso em: 07/12/2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. Brasília - DF, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf> Acesso em: 07/12/2014.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. O Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) da Secretaria Nacional de Promoção das Pessoas com Deficiência. **Tecnologia Assistiva**. Brasília - DF, 2006. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/importacao/2010/10/29-out-2010-comite-de-ajudas-tecnicas-da-area-da-pessoa-com-deficiencia-discute-reestruturacao-para-ampliar-sua-atuacao>. Acesso em 06/10/2014.
- INEP- **Matrículas de Portadores de necessidades Especiais / Inclusão** - Censo Escolar do MEC/INEP 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar> Acesso em: 18/02/15.
- DELORS Jacques - **Um tesouro a descobrir - Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI**. UNESCO - Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf> Acesso em: 10/09/2014.

DIZARD JR., Wilson. **A Nova Mídia**. Editora: Jorge Zahar- 2000. (p.291-292).

OMS - Organização Mundial de Saúde - Genebra 2002 – Dispõe sobre **Rumo a uma Linguagem Comum para Funcionalidade, Incapacidade e Saúde: CIF A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Disponível em: http://www.fsp.usp.br/cbcd/Material/Guia_para_principiantes_CIF_cbcd.pdf Acesso em: 09/10/2014.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos**. Secretaria de Estado da Educação- SEED. Curitiba – 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edespecial.pdf. Acesso em: 09/10/2014.

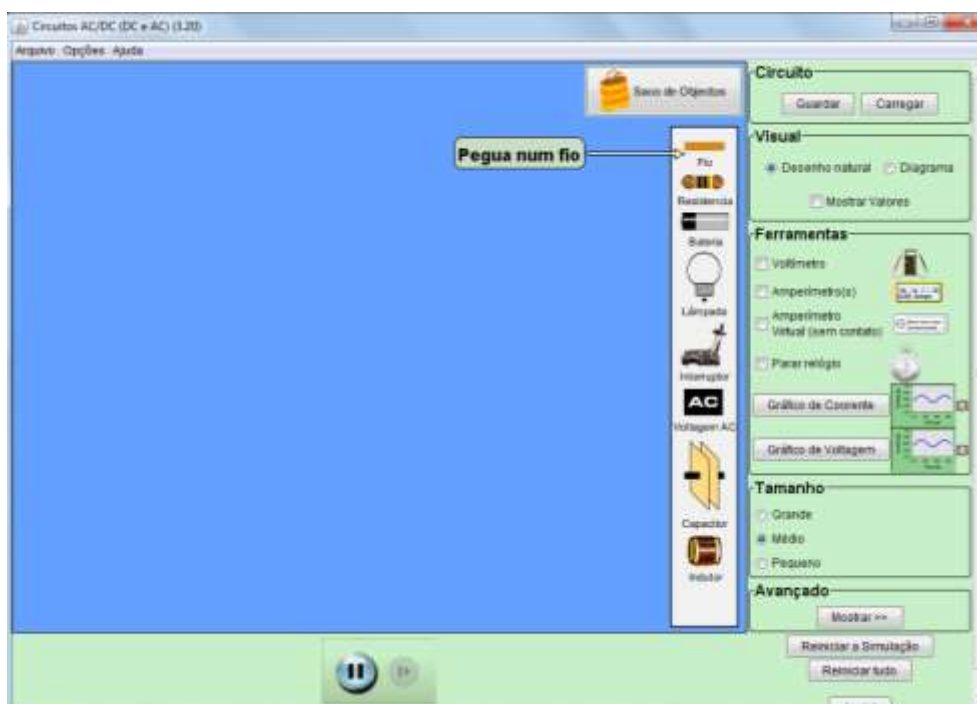
TERUYA K. Teresa, MORAES A. Raquel, **Mídias na Educação e Formação Docente**. Revista semanal Linhas Críticas, Brasília, v. 14, n. 27 p. 327-343, jul./dez. 2009. ISSN 1981-0431. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/7481/5786> Acesso em: 10/10/2014.

VALENTE, José Armando. **Pesquisa, comunicação e aprendizagem com o computador. O papel do computador no processo ensino-aprendizagem**. Programa Salto para o Futuro – UNICAMP. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/1sf.pdf> Acesso em: 10/10/2014.

ANEXO 1

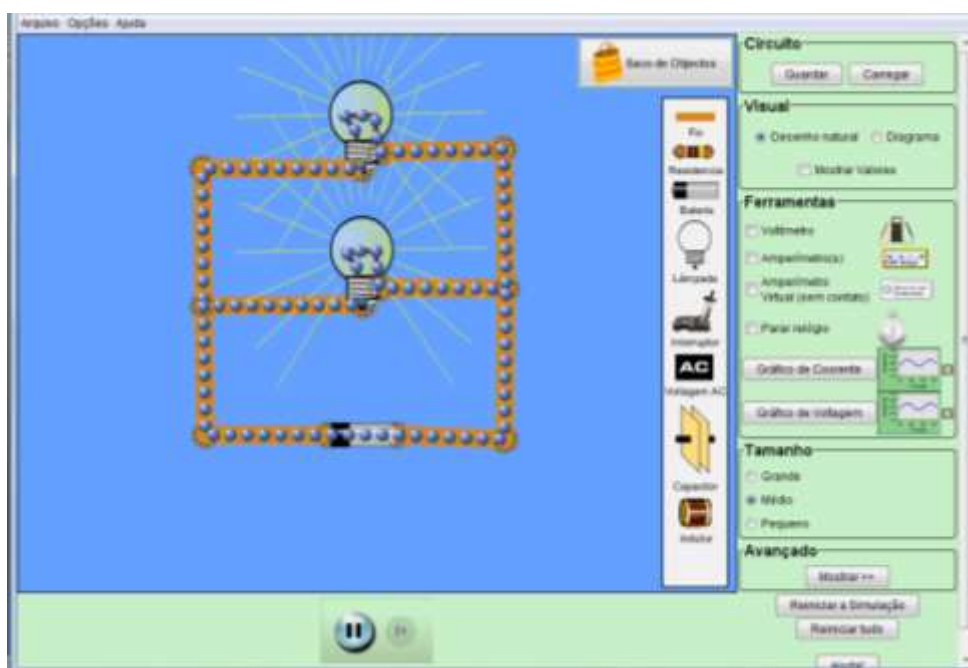
OBJETO DE APRENDIZAGEM

FIGURA 1 - Software de Circuitos Elétricos AC/DC



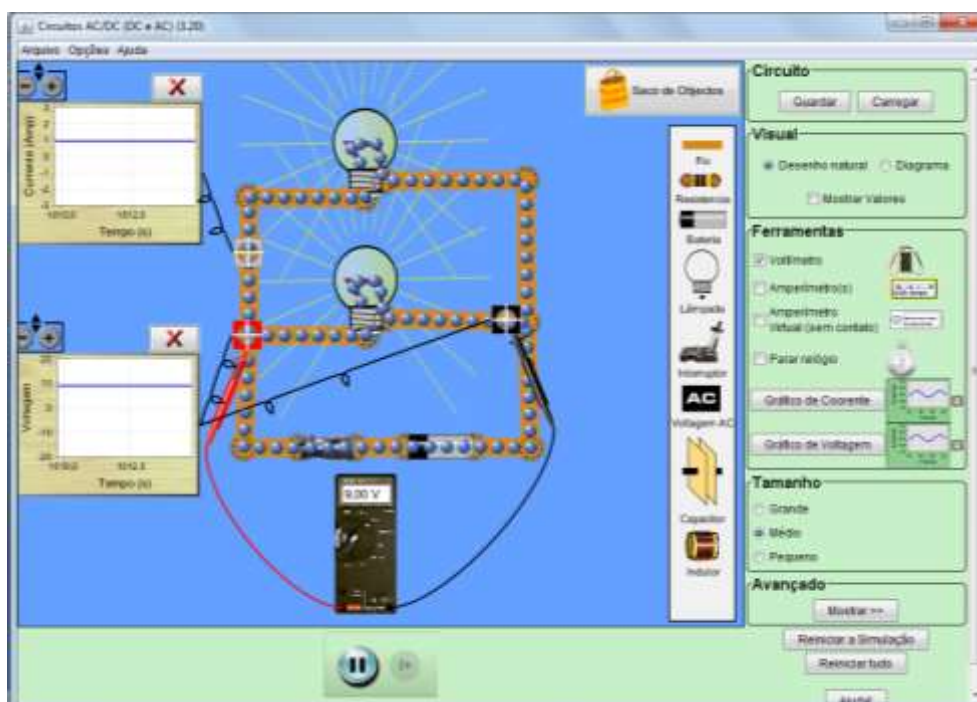
FONTE: <http://phet.colorado.edu/en/simulations/translated/pt>
Acesso em: 07/12/14

FIGURA 2- Simulação de circuito com lâmpadas em paralelo



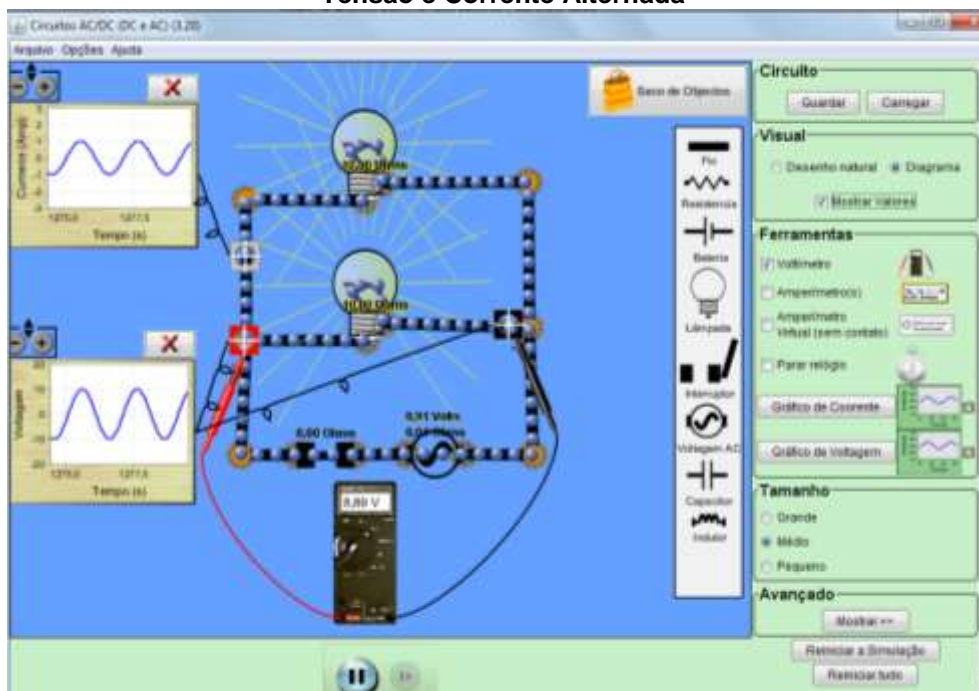
FONTE: <http://phet.colorado.edu/en/simulations/translated/pt>

FIGURA 3 – Simulação com medição de grandezas elétricas – Tensão e Corrente Contínuas



FONTE: <http://phet.colorado.edu/en/simulations/translated/pt>

FIGURA 4 – Simulação com medição de grandezas elétricas – Tensão e Corrente Alternada



FONTE: <http://phet.colorado.edu/en/simulations/translated/pt>

FIGURA 5 – Simulação de Curto Circuito



FONTE: <http://phet.colorado.edu/en/simulations/translated/pt>

Modelo Plano de Aula - Utilização de Objetos de Aprendizagem

Conteúdo: Montagem de circuitos elétricos de corrente contínua e corrente alternada, medição de grandezas elétricas.

Grau de complexidade: Médio, para público alvo, adolescentes do 1º ano do ensino médio integrado profissionalizante.

Recursos necessários: Laboratório de Informática, software específico, quadro de giz.

Objetivo :

- Montagem de circuitos elétricos de corrente contínua e corrente alternada em software simulador;
- Desenvolver os cálculos de resistência total, queda de tensão e corrente e a relação com a prática;
- Identificar as grandezas elétricas;
- Interatividade do aluno com softwares dedicados.

Recursos do simulador:

Figura 1- Software de Circuitos AC/DC – Interface gráfica em Java;

Figura 2- Simulação de circuito com lâmpadas em paralelo – Os componentes são arrastados para a área de trabalho e conectados um a um;

Figura 3 – Simulação com medição de grandezas elétricas - Tensão e Corrente Contínuas, com opção de conexão de instrumentos de medição voltímetro e osciloscópio;

Figura 4 – Simulação com medição de grandezas elétricas - Tensão e Corrente Alternada, com opção de conexão de instrumentos de medição voltímetro e osciloscópio;

Figura 5 – Simulação de Curto Circuito, o software informa situação anormal de funcionamento.

Recurso Adicional:

O uso do software pode ser auxiliado pelo uso de cartilha ilustrada.

Referência: PAULA, Helder de Figueiredo e, Atividades em um laboratório virtual de eletricidade - Belo Horizonte: COLTEC/UFMG, 2011. Disponível em: http://www.pontociencia.org.br/quantica/eletric_basica_circuitos.pdf Acesso em: 19/11/14

APÊNDICE 1- ENTREVISTA

Professora: Luciane D. Andrade

Disciplina: Eletricidade - Ensino Médio e Profissionalizante

Realizada em: 09/11/14.

1- O professor(ra) possui alguma formação na área de educação especial? Não, somente informações pesquisadas na internet.

2- Atualmente o professor(ra) possui algum aluno que necessite de educação especial em sua sala de aula? Sim, dois alunos um surdo e um com deficiência motora.

Caso sim, a escola em que trabalha com o aluno incluso, proporcionou algum treinamento sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais?

Não, a escola não ofereceu nenhum treinamento específico para receber o aluno incluso, ou para o uso específico de recursos didáticos, somente solicitou o interprete á secretaria de educação.

3- Já teve experiência anterior com alunos inclusos no ensino regular?

Sim, experiência anterior em escola de nível superior com a inclusão de dois alunos surdos.

4- Quais os recursos didáticos, mídias ou objetos de aprendizagem utilizados para auxiliar nas necessidades de educação especial do aluno surdo?

Recursos visuais como ex. software simulador de circuitos elétricos (no anexo 1), provas com múltiplas alternativas, aulas discursivas com auxílio de interprete de libras, recursos material didático impresso, vídeo e slides.

5- Como selecionou os tipos de recursos didáticos, como sendo os mais adequados para uso em sala de aula?

Através de orientação em outra escola, recebeu informações sobre recursos didáticos mais adequados para surdos, sendo recomendação o uso de impressos e recursos visuais.

6- O professor acha que a formação dos docentes contempla a educação de alunos com necessidades especiais?

Não, a tendência dos novos professores é a de virem sem preparo para identificar as necessidades específicas dos alunos inclusos.

7- Nas capacitações oferecidas para os professores da rede pública estadual são abordados temas referentes a inclusão de alunos especiais nas modalidades educação médio integrado profissionalizante, médio subsequente profissionalizante e profissionalizante na educação de Jovens e adultos – PROEJA?

Na capacitação não são abordados temas relacionados a inclusão e sobre as metodologias a serem utilizadas.

Somente orientações que há um núcleo de apoio do qual serão encaminhados professores especializados, independente de possuírem formação nas áreas técnicas.

8- Nas capacitações oferecidas para os professores da rede pública estadual são abordados temas referentes a adequação dos métodos de ensino e a fazer adaptações do currículo e de avaliações de acordo com as necessidades

individuais educacionais de cada aluno com necessidades especiais? Não são abordados temas referentes a adaptações de currículo ou adequação de métodos para a inclusão de alunos.

9- Nas aulas de laboratório das disciplinas técnicas, como são tratados os termos técnicos no qual os alunos e as interpretes de libras não possui um padrão a seguir?

A Interprete e o aluno surdo combinam os sinais que correspondem a um determinado termo e este é interpretado pelo aluno conforme conceitos e definições expostas em sala durante aulas.

10- O professor teve que adequar a metodologia de ensino para atender as necessidades de educação especial do aluno?

Sim, foram adequados os métodos de ensino visando atender as necessidades do aluno, como ex. no curso de eletromecânica, criação de códigos para relacionar grandezas elétricas, sem um padrão definidos e adaptado entre aluno e interprete de Libras. O tempo para o aluno copiar uma atividade do quadro, foi estendido, pois o mesmo não acompanha o mesmo ritmo dos demais. As provas tem um tempo maior para serem traduzidas e depois desenvolvidas, não sendo aprovado pelo setor pedagógico, o uso de horário extra.

11- Quanto a adaptação do currículo, o aprendizado das disciplinas técnicas se deu de forma satisfatória para que todos alcançasse o mesmo nível?

Na adaptação do currículo, o aluno surdo não consegue assimilar sobre as principais grandezas elétricas e seus significados. As adaptações da matemática aplicada às disciplinas técnicas, não seguem um padrão de linguagem, sendo necessário à criação de símbolos, para auxiliar nas explicações. A dificuldade de adaptação de utilizar os recursos impressos, escritos e traduzidos em libras ao mesmo tempo e com seus significados.

12- Os alunos regulares estão preparados para receber um aluno com necessidades especiais?

Os outros alunos sem necessidade de educação especial não foram preparados para receber um aluno incluso, não sabem lidar com as necessidades de comunicação deste, observa-se um comportamento de exclusão, verificado principalmente em trabalhos em grupo onde alguns alunos colocam o nome do incluso em trabalhos sem a participação do mesmo, pela dificuldade de integração e comunicação entre alunos.

13- Você considera que o Centro Estadual de Educação Profissional de Curitiba, na formação de professores, trata a inclusão de alunos com necessidades de educação especial, e quais os tipos de acompanhamentos que são feitos?

Durante a formação continuada do professor não são tratados os encaminhamentos e necessidades de adaptação dos professores as necessidades de educação especial, quando necessário são feitas reuniões com os pais do aluno juntamente com interprete e pedagogia.

APÊNDICE 2 -ENTREVISTA

Professora: Andressa Marchiorato

Disciplina: Interprete de Libras - Ensino Médio e Profissionalizante

Realizada em: 07/11/14.

1- Qual a formação do Tradutor Interprete de Língua de Sinais? Nível superior em Pedagogia, e Pró-eficiência na FENEIS. Pós Graduada em Educação Bilíngue para surdos- Português Libras.

2- Quanto tempo de trabalho como tradutora? 2 anos

3- Faixa etária de idade de alunos atendidos? 9 anos a 20 anos

4- Você encontra alguma dificuldade de tradução no ensino médio profissionalizante? Se sim qual? Sim,

- Alguns termos técnicos não possuem sinais para tradução, e necessitam ser criados e formalizados pela comunidade de surdos.

- O aprendizado tardio da linguagem de libras, reflete na dificuldade aprendizagem do aluno em conceitos complexos no ensino médio.

- Adequação necessária na escrita e tradução que não podem ser simultâneas, necessitando de um tempo maior para o aluno primeiramente escrever e num segundo tempo receber a tradução.

- Necessidades de recursos visuais para melhorar a compreensão dos termos técnicos ensinados, devem ser associados à algum exemplo ou demonstração, necessitando de combinados de sinais para serem lembrados a cada explicação e também na tradução de avaliações. Sendo que nem sempre o aluno tem o interesse de criá-los, ficando alguns termos somente na forma escrita que muitas vezes perde o sentido ao longo do tempo. Alguns exemplos de sinais criados pelo aluno surdo foi combinado com a interprete como: **plasticidade, elasticidade, tenacidade, mistura, solução líquida e martensita.**

Já outros termos como ex.: eixo, engrenagem, rolamento, capacitor, indutor, não foram criados os sinais sendo interpretado como por escrito, o que dificulta a contextualização e conseqüentemente a explicação do conceito nas avaliações.

Quando o aluno cria os sinais ele cria conexões de aprendizagem e associa aos conhecimentos já adquiridos facilitando na interpretação das perguntas de provas e de outras explicações técnicas.

5- Como é o posicionamento (Layout) de alunos e professores na sala de aula?

- Posicionamento na sala de aula, o aluno deve ficar na primeira mesa em uma fila junto a parede para possibilitar visualização do quadro, do professor e da interprete.

6- Dificuldades dos alunos surdos e professores no desenvolvimento nas atividades e avaliações?

- A dificuldade do aluno em desenvolver as provas dissertativas está na flexão dos verbos, pois na linguagem de libras o tempo verbal é presente, passado e futuro, e o verbo não acompanha.

- Na tradução, quando não são feitos combinados dos sinais referentes aos termos técnicos o aluno pede auxílio de explicação do conceito à interprete durante a avaliação, o que não é permitido pelos professores das disciplinas.

- O aluno surdo falta a aula e quando retorna pede explicação do conteúdo para a interprete, que neste caso não tem esta função e nem formação técnica para recapitular o assunto.
- O português é considerado uma segunda língua para o aluno surdo na qual muitas vezes não é fluente, e o professor deve levar em consideração quando faz as correções. Com a possibilidade de ser adaptada para uma prova oral traduzida.

7- Como o apoio da família pode influenciar no desenvolvimento dos filhos com deficiência auditiva?

- Se a criança tem a língua mãe dos sinais desde bebê, o aluno tem mais facilidade de comunicação e interpretação dos conceitos básicos como “porquês e como”, o que refletirá no desenvolvimento deste dentro das instituições de ensino.
- É fundamental o acompanhamento do aluno pela família, nas dificuldades encontradas durante o período letivo, para que sejam tomadas as medidas necessárias à adaptação deste, assim como o reforço sobre os direitos e deveres dentro da instituição de ensino.

8 - Sugestões

- Utilização das mídias como vídeos das interpretes traduzindo conceitos e termos técnicos, e recursos visuais para posterior divulgação, ou para outros alunos que venham a ser inclusos no ensino médio profissionalizante, nos diferentes cursos técnicos.
- Utilizar vídeo para gravação das aulas sendo traduzidas, para posterior revisão do aluno ou para quando o mesmo faltar à aula.
- A inclusão de Libras na formação continuada de professores do ensino médio.
- A divulgação das leis que tratam dos direitos da inclusão, da presença de um intérprete de libras e conceitos relacionados.
- Mobilização da comunidade de surdos e de professores do ensino médio profissionalizante, na divulgação das necessidades especiais relatadas neste trabalho, assim como as enfrentadas pelos professores que não possuem orientações específicas para a inclusão destes.